



**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS
SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG**
SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA - SSLM-G

1 **ATA DA 141^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ DO SISTEMA**
2 **LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA.** No dia 01 de agosto de 2025, às **14h11**
3 em 2^a chamada, por videoconferência, realizou-se a 141^a Reunião Ordinária do
4 Subcomitê do Sistema Lagunar Maricá-Guarapina, com a seguinte pauta: **1)**
5 **Aprovação da pauta; 2) Aprovação minuta de memória 140^a R.O; 3)**
6 **Aprovação de novos membros nas vagas vacantes do Subcomitê e sua**
7 **participação em CTs e GTs; 4) Estresse/emergência hídrica histórica em**
8 **Maricá – continuação; 5) Oficinas de Enquadramento; 6) Ações de**
9 **Educação Ambiental no território; 7) Cleanup Day: viabilidade de**
10 **execução do evento em nosso território; 8) Assuntos Gerais.** **Presenças:**
11 **Poder Público:** CRBIO-02 - Valéria Marques e Daniel Bêrredo; Departamento
12 de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro DRM – Pedro Hugo Müller
13 Xalbert; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio
14 de Janeiro (EMATER – RJ) - Newton Novo Costa Pereira. **Usuários:** Águas do
15 Rio – Amanda Bulhões; ALAPI – Paulo Cardoso; SANEMAR – Anderson
16 Ferreira. **Sociedade Civil:** Apalma – Flávia Lanari Coelho; IFF Maricá – Elane
17 Carvalho. **Convidados:** Ten. Paulo – REDEC; Fátima Casarin e Thiago Rangel
18 – Secretaria de Urbanismo. Iniciada a reunião, passou-se aos itens da pauta: **1)**
19 **Aprovação da pauta:** Flávia colocou a pauta em apreciação, não havendo
20 objeções a pauta foi aprovada por todos. **2) Aprovação minuta de memória**
21 **140^a R.O:** Flávia questionou aos membros se havia considerações a aplicar na
22 minuta de ata 140^a R.O, Amanda indicou, na linha 68 e 70 da ata, a correção
23 da sigla "AF" para "AAF" (Autorização Ambiental de Funcionamento). Valéria
24 Marques também apontou que a ata aprovada não registrou adequadamente a
25 deliberação sobre as indicações de nomes para as Câmaras Técnicas,
26 parecendo mais uma intenção do que uma decisão. A Secretaria Executiva se
27 prontificou a revisar e incluir os pontos levantados por Valéria e a ata foi
28 aprovada mediante as correções. **3) Aprovação de novos membros nas**
29 **vagas vacantes do Subcomitê e sua participação em CTs e GTs:** Flávia
30 informou que o representante da Secretaria de Urbanismo estava presente,
31 Thiago, mas ainda como convidado devido à pendência de documentação.

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: subcomite.marica-guarapina@bol.com.br

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com



32 Thiago confirmou que providenciará a documentação o mais rápido possível,
33 espera enviar até terça-feira. Flávia ressaltou que, mesmo como convidado,
34 Thiago poderia participar da oficina remota de enquadramento. O ponto de
35 pauta se repetirá na próxima reunião. Elane fez um pedido para que a Sanemar
36 continuasse com a iniciativa do Prêmio Estocolmo das Águas - Juventude das
37 Águas, destacando a importância do programa para a juventude e a educação
38 ambiental em Maricá. Elane ressaltou que a Sanemar já havia feito o mais
39 difícil, que era a conexão com o prêmio nacional e internacional, e que a
40 continuidade da iniciativa era crucial para a educação ambiental e soluções
41 práticas para a água no município. Flávia sugeriu que o pedido fosse incluído
42 na pauta da próxima reunião, devido à ausência da Sanemar na reunião atual.

43 **4) Estresse/emergência hídrica histórica em Maricá – continuação:** O
44 ponto de pauta foi discutido com base nos documentos P2 e P3. O documento
45 P2 foi apresentado e descrito como um levantamento sobre o processo de
46 licitação, abrangendo o contexto regulatório, o edital de concessão e a
47 transição da CEDAE de empresa pública para privada, com identificação das
48 áreas afetadas. O material incluiu avaliação das premissas do contrato e do
49 planejamento para Maricá, destacando índices de vazamento e metas de
50 universalização do saneamento, que passariam de 46% para 99% em até 12
51 anos. Também foram levantadas preocupações sobre o valor de investimento
52 necessário e o possível impacto do processo de dessalinização que poderia
53 encarecer e atrasar a ampliação da cobertura. Foram apresentados
54 questionamentos direcionados principalmente à Sanemar, nesse momento
55 ausente na reunião. Foi discutido sobre o cronograma de investimentos,
56 especialmente nos primeiros cinco anos, e a definição sobre a captação e
57 represamento em Tanguá. Amanda esclareceu que, segundo apresentação
58 anterior no Subcomitê, uma das alternativas é a captação no rio Caceribu, em
59 Tanguá, mas se comprometeu a verificar se há outra captação prevista. Foi
60 apontado que no documento P2 aparecem citações tanto à barragem em
61 Tanguá quanto à captação no rio Caceribu, tratadas como alternativas
62 distintas, e que não há menção à possibilidade de uso de Juturnaíba. Pedro

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: subcomite.marica-guarapina@bol.com.br

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: cbhbaideguanabara@gmail.com



COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG

SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA - SSLM-G

63 acrescentou que a barragem de Tanguá é prevista no rio Tanguá, conforme
64 estudo do município de Maricá. Relembrou-se que essa proposta já havia sido
65 defendida na gestão do primeiro presidente da Sanemar. Persistiram dúvidas
66 sobre a distinção entre as opções apresentadas e a localização exata das
67 referências no documento. Foi discutida a possibilidade de construção de uma
68 barragem no rio Tanguá, mencionada por Flávia, Amanda afirmou que
69 verificaría a informação. Flávia relatou dúvidas sobre a destinação da água,
70 citando que parte poderia ir para Imlunana ou municípios com carência hídrica
71 naquela região, e que o Caceribu atenderia não apenas Tanguá e Maricá. Ela
72 ressaltou que, segundo estudo da Sanemar, realizado em novembro de 2021
73 para análise de poços e finalizado em 2022, há a impressão de que o material
74 está parado desde então, questionando se a empresa deu continuidade às
75 ações previstas. Flávia destacou que a Sanemar, ao tratar de projetos como o
76 de Tanguá, deveria ter dialogado com as empresas envolvidas. Elane informou
77 que o pedido de outorga dos poços prioritários, relacionado a esse estudo, teve
78 aprovação do INEA e foi concedido para Águas do Rio. Flávia observou que
79 essa informação se refere ao P3, enquanto a pauta naquele momento tratava
80 do P2, referente à análise crítica do edital de concessão da Cedae. Ela
81 apresentou questionamentos sobre a participação oficial da Sanemar ou da
82 Prefeitura de Maricá no Conselho de Titulares, sobre a priorização do
83 abastecimento de Maricá no cronograma de investimentos de curto prazo e
84 sobre a eventual pressão junto aos órgãos competentes para definir essa
85 prioridade. Também foi abordada a questão da captação e represamento no rio
86 Tanguá, citada como opção para o segundo distrito, juntamente com o
87 Caceribu, e a necessidade de esclarecer se a proposta ainda está em
88 consideração. Flávia reforçou a pergunta central sobre o andamento do estudo
89 da Sanemar, se houve implementação das ações indicadas ou se o documento
90 permaneceu inativo. Daniel acrescentou a importância de avaliar, além dos
91 investimentos previstos, os indicadores de desempenho estabelecidos no edital
92 e o progresso obtido ao longo do tempo, para verificar se os investimentos
93 resultaram em melhorias efetivas. Pedro informou que localizou, na página 71

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: subcomite.marica-guarapina@bol.com.br

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: cbhbaideguanabara@gmail.com

**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS****SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG****SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA - SSLM-G**

94 do documento, um trecho que menciona o Caceribu, embora de forma breve e
95 sem muitos detalhes, e explicou que se trata de uma alternativa projetada pela
96 Agência Nacional de Águas como parte de um estudo regional, contemplando
97 Maricá. Flávia comentou que, em apresentação recente de Águas do Rio, a
98 alternativa do Caceribu foi tratada com mais entusiasmo do que a de Tanguá,
99 reforçando a relevância de obter informações atualizadas. Ela se comprometeu
100 a compartilhar documentos com Anderson Ferreira – SANEMAR para facilitar
101 as respostas. A Secretaria do Comitê Baía de Guanabara informou que
102 Anderson respondeu no chat solicitando o envio de um questionário
103 consolidado com todas as questões, para que pudesse trazer respostas mais
104 completas, dado o caráter técnico dos temas. Flávia confirmou que enviou a
105 ele, por mensagem, seus questionamentos referentes ao P2 e P3, e orientou
106 que a pergunta apresentada por Daniel fosse redigida de forma clara,
107 especificando a que parte do estudo se referia. Daniel concordou e afirmou que
108 registraria a questão no chat. Flávia destacou que Anderson deveria se
109 preparar para as próximas reuniões revisando o estudo da Sanemar, a fim de
110 poder responder aos questionamentos principais, observando que, na ausência
111 dessas respostas, o debate ficaria comprometido. Ela apontou que a questão
112 de Tanguá, tratada no P2, ficou sem resposta naquele momento, pois Amanda
113 não estava preparada para responder. Ressaltou que a captação de água em
114 Maricá é atualmente responsabilidade de Águas do Rio, após a saída da
115 Cedae, sendo que o abastecimento proveniente de Imunana não atinge o 1º
116 Distrito. Foi informado que o P4 corresponde ao diagnóstico do 1º Distrito e o
117 P5 ao diagnóstico de fontes alternativas, sendo este último menor. Flávia
118 sugeriu que, caso Anderson viesse preparado ou trouxesse alguém que
119 conheça o estudo, seria possível avançar mais rapidamente. Solicitou que ele
120 trouxesse, na reunião seguinte, alguém capaz de responder às questões
121 levantadas, pois do contrário haveria risco de estender a pauta até dezembro.
122 Foi discutida a possibilidade de participação do secretário responsável pela
123 pasta, com esclarecimento de que a Sanemar não está vinculada a uma
124 secretaria, embora exista uma Secretaria de Recursos Hídricos recém-criada.

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: subcomite.marica-guarapina@bol.com.br

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: cbhbaideguanabara@gmail.com

125 Flávia reforçou a importância de Anderson trazer não apenas as respostas por
126 escrito, mas também alguém que possa esclarecer dúvidas adicionais no
127 momento da reunião. Ela informou que postaria o material do P3 e P4 no grupo
128 do subcomitê, para que membros pudessem acrescentar questionamentos
129 antes da próxima reunião, alertando que, sem essa colaboração, a pauta ficaria
130 travada. Ao final, perguntou se havia mais alguma manifestação dos presentes.

131 **5) Oficinas de Enquadramento:** Flávia informou que a Oficina de
132 Enquadramento teve baixa participação, inclusive de membros, e que haverá
133 uma segunda oportunidade, remota, na terça-feira seguinte para incluir
134 contribuições. Flávia reforçou a importância da presença de representantes
135 técnicos da Sanemar e do urbanismo para apresentar sugestões, já que esta é
136 a última chance de inserir metas no Termo de Referência para a contratação de
137 empresa que comandará todo aquele processo. Ela convidou também alguns
138 participantes externos e informou que enviará novamente o link da oficina,
139 solicitando o contato de Thiago para garantir seu recebimento, devido a
140 dificuldades momentâneas de comunicação. **6) Ações de Educação**

141 **Ambiental no território:** Valéria informou que haverá uma reunião da Câmara
142 Técnica de Educação Ambiental (CTEM/CBH-BG) na segunda-feira e destacou
143 que, conforme discussões anteriores, levou uma proposta à última reunião da
144 CTEM. O entendimento nessa ocasião foi de que a ideia apresentada, apesar
145 de ter potencial impacto como ação de educação ambiental, estava mais
146 alinhada à atuação da Câmara Técnica de Infraestrutura Verde (CTIV/CBH-
147 BG), especialmente pela relação com ações de recuperação de mata ciliar já
148 realizadas por outras frentes. Ela explicou que a verba disponível para ações,
149 no valor aproximado de R\$ 30.000 (trinta mil reais), é específica para iniciativas
150 de educação ambiental, sendo necessário definir um público-alvo e um formato
151 que envolva mobilização e informação antes e depois das atividades, como
152 plantios em áreas prioritárias de rios ou lagoas. Valéria mencionou que cogitou
153 integrar essa verba a ações como o Clean Up Day, que já possuem dinâmica
154 própria, mas ressaltou que a execução passará por edital e que o valor
155 reduzido limita iniciativas isoladas, sugerindo como alternativa unir recursos de



**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS
SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG**

SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA - SSLM-G

6

156 diferentes subcomitês para formações e mobilizações conjuntas. Flávia
157 comentou que alguns subcomitês já destinaram recursos de Macroprogramas a
158 ações específicas e que, por isso, seria difícil obter adesão total para um
159 projeto unificado, embora não descartasse discutir a possibilidade. Valéria
160 esclareceu que existem duas verbas distintas: uma destinada a projetos, já
161 direcionada por edital, e outra para ações, ainda sem definição de uso.
162 Explicou que, em reunião anterior da CTEM, a proposta de unificar valores foi
163 rejeitada, mantendo-os separados, mas que ainda há espaço para discutir a
164 união dos recursos de ações entre subcomitês. Na sequência, Flávia
165 questionou sobre o andamento do edital de projetos e as regras de participação
166 de instituições membros do comitê. Ela relatou que, anteriormente, havia
167 entendimento de que organizações que não participaram da elaboração do
168 Termo de Referência poderiam concorrer, mas que, neste ano, recebeu a
169 informação de que a participação estaria vedada a todas as instituições com
170 assento no Comitê. Informou que, no resultado preliminar, apenas um projeto
171 em cada uma das regiões leste e oeste foi habilitado, com os demais
172 inabilitados, incluindo o de Maricá, vinculado à AmaDarcy. Ressaltou que essa
173 restrição é uma novidade em relação a anos anteriores e questionou se haverá
174 novo edital para suprir a falta de projetos habilitados. Foi debatida a dificuldade
175 de execução dos editais conduzidos pela AGEVAP, considerada pouco
176 eficiente, com histórico de complicações e formato que, historicamente, gera
177 entraves e limita a participação das entidades-membro do Comitê na execução
178 de projetos. Flávia destacou que o problema é recorrente e que a condução
179 atual não apresentou melhorias significativas, apontando dificuldades
180 administrativas, de gestão e de pessoal. Ressaltou que capacitações para
181 elaboração de editais não tiveram efeito duradouro devido à alta rotatividade e
182 que a gestão atual não tem facilitado os processos. Flávia sugeriu levar a
183 questão à reunião da CTEM, enfatizando que a definição do formato e da
184 viabilidade deve vir de instâncias superiores antes que o subcomitê formule
185 propostas. Valéria Marques sugeriu incluir o tema como pauta formal e buscar
186 parcerias com entidades externas para atender às demandas, considerando

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: subcomitê.marica-guarapina@bol.com.br

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: cbhbaideguanabara@gmail.com



que a verba destinada é limitada e que a participação direta de entidades do Comitê está vedada. Reforçou a importância de manter ideias previamente discutidas, articular com outros Subcomitês e envolver órgãos municipais de meio ambiente e educação para alinhar prioridades e definir públicos-alvo, destacando que a experiência das oficinas de enquadramento pode servir de referência para estruturar ações de educação ambiental com maior alcance e efetividade, respeitando critérios mínimos que garantam impacto no território e continuidade das atividades. Fátima, com experiência no INEA e atuação anterior como gerente na área de apoio aos Comitês e educação ambiental, afirmou que a participação da sociedade civil era estimulada, mas já existia o mesmo problema da proibição de execução de projetos por parte de membros do Comitê, o que considera um erro grave. Argumentou que essa restrição inviabiliza a atuação de quem entende e vivencia a governança da água, favorecendo entidades sem vínculo real com a gestão dos recursos hídricos. Defendeu que a proibição deveria se limitar apenas à participação na criação de critérios, seleção ou avaliação, permitindo a execução pelos membros. Criticou a complexidade excessiva dos critérios atuais, defendendo que “menos é mais”, especialmente em editais de baixo valor, e alertou que a prática de unificar recursos de diferentes editais muitas vezes resulta na não aplicação dos valores. Sugeriu maior praticidade, com editais específicos por Subcomitê ou contratação direta por carta convite, considerando que os montantes estão abaixo do limite que exige processos mais complexos. Houve consenso sobre a necessidade de avaliar a viabilidade das propostas frente às restrições impostas e de encaminhar o tema para instâncias superiores. Daniel sugeriu evidenciar o impacto da proibição sobre a execução das propostas. Fátima concluiu reiterando que a vedação à participação de membros do Comitê na execução de projetos é incoerente e prejudica o fortalecimento da governança, defendendo que, ainda que sem pontuação extra, esses membros tenham o direito de participar, fortalecendo o vínculo entre atuação no comitê e execução de ações concretas. Discutiu-se a definição de ações e projetos financiáveis, com foco em plantio, monitoramento e parcerias. Flávia destacou que ações

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: subcomite.marica-guarapina@bol.com.br

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: cbhbaideguanabara@gmail.com



**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS
SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG**
SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA - SSLM-G

8

218 podem incluir palestras, atividades culturais, monitoramento de rios e plantio,
219 mas ressaltou que o plantio exige manutenção, recursos adequados e
220 acompanhamento, o que pode inviabilizar sua execução sem apoio
221 institucional. Relatou experiências anteriores com a SECAP e problemas
222 enfrentados quando a prefeitura se retirou do Subcomitê. Fátima concordou
223 com a importância de diversificar as ações, sugerindo que recursos sejam
224 aplicados de forma a fortalecer o Subcomitê e ampliar sua visibilidade,
225 envolvendo a população e associações locais. Valéria explicou a possibilidade
226 de parcerias e transferências de recursos previstas na Resolução 160, não
227 limitadas a uma única instituição, mas alertou para restrições jurídicas que
228 diferenciam editais para entidades sem fins lucrativos e para empresas. Houve
229 consenso de que o processo atual apresenta entraves burocráticos que
230 dificultam a execução prática, defendendo que as ações estejam alinhadas ao
231 edital de projetos e contemplem demandas do território. Pedro Hugo reforçou a
232 importância de manter os recursos no território, enquanto Fátima e outros
233 membros sugeriram integrar monitoramento e comunicação a ações de
234 educação ambiental, otimizando recursos. Concluiu-se que, diante das
235 indefinições sobre metodologia e limitações impostas pela CTEM, o Subcomitê
236 optará por devolver a questão para deliberação superior, solicitando que as
237 ações considerem prioridades já definidas no edital de projetos. Foi colocada
238 em votação a aprovação da proposta apresentada por Valéria, por manter a
239 decisão anterior, já enviada para a CTEM sendo aprovada pelos membros
240 presentes. **7) Cleanup Day: viabilidade de execução do evento em nosso**
território - Iniciou-se a discussão sobre o evento Clean Up Day. Valéria
241 explicou que a iniciativa não partiu da CT, mas da Diretoria, e que outras
242 regiões contam com entidades externas que executam o evento, cabendo ao
243 Comitê apenas apoiar. Ressaltou que, em Maricá, não há entidades com perfil
244 e logística para organizar a ação, tornando sua realização inviável no
245 momento. Flávia relatou experiências anteriores com o evento, destacando as
246 dificuldades logísticas e baixo engajamento, afirmando que não pretende se
247 envolver novamente. Foi consenso que, na ausência de parceiros adequados,

SSLM-G: fone: 21 99896.8636 / e-mail: subcomite.marica-guarapina@bol.com.br

CBH-BG: Rua da Quitanda, nº 185, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: cbhbaideguanabara@gmail.com

249 o Subcomitê não deve protagonizar o evento, mas poderá apoiar caso surja
250 iniciativa externa. A decisão sobre a inviabilidade foi aprovada pelos membros
251 com direito a voto. **8) Assuntos Gerais** - Elane solicitou à Sanemar a
252 continuidade da parceria com o Prêmio Internacional de Juventude das Águas
253 de Estocolmo, ressaltando que a parte mais complexa, o convênio e o contato
254 inicial, já foi feita e que o prêmio incentiva jovens a desenvolver soluções para
255 a água, lembrando que suas alunas venceram no ano anterior. Flávia pediu à
256 Amanda que trouxesse alguém com maior conhecimento técnico para
257 responder a questões pendentes relacionadas aos estudos do P2 e P3,
258 incluindo aspectos do contrato de gestão e ações envolvendo a Águas do Rio,
259 a fim de concluir a análise ainda neste ano. Flávia comunicou que o
260 licenciamento do porto foi indeferido pelo INEA, comemorando a decisão
261 devido aos riscos ambientais, especialmente para o sistema lagunar e o litoral,
262 e mencionou a possibilidade de resultado semelhante para um resort planejado
263 na restinga. Valéria relatou um seminário realizado em Saquarema, promovido
264 pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, sobre o porto,
265 esclarecendo que o CBH-BG não foi convidado formalmente e que havia
266 incerteza sobre a natureza do evento, que não se caracterizou como audiência
267 pública; ressaltou, no entanto, que representantes de Jaconé participaram e
268 expuseram preocupações ambientais, reforçando a necessidade de novos
269 estudos. Flávia complementou que o porto está em território de Maricá e no
270 âmbito do CBH Lagos São João, justificando a participação de Saquarema, e
271 comentou sobre a mobilização do movimento SOS Jaconé. Foram discutidos
272 também os riscos de transbordo de óleo e cargas no porto, como petróleo e
273 gado vivo, e os potenciais impactos ambientais severos. Encerradas as
274 discussões, a Secretaria Executiva informou que enviaria os encaminhamentos
275 a Flávia para revisão antes do envio a todos, e a reunião foi finalizada.
276 **Encaminhamentos** - **1.** Revisar na minuta da 140ª R.O o ponto de pauta:
277 “indicações para completar as representações do Subcomitê nas CTs.
278 (Secretaria Executiva); **2.** Para próxima reunião debater o P2 e P3, conforme



**COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS
SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ – CBH-BG**

SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR MARICÁ-GUARAPINA - SSLM-G

279 retorno da Sanemar as perguntas enviadas ao longo da reunião
280 (Coordenação).

281

282

283 Maricá, 01 de agosto de 2025

284

285 _____

286 Flávia Lanari Coelho

287 Valéria Lima Marques de Sousa

288 Paulo Cardoso da Silva

289 **Coordenação Colegiada Subcomitê Maricá**